



## **DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DE UM NÚCLEO COMUM DE DISCIPLINAS EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO – O CASO DA UNISC**

**Carlos Renê Ayres\***

### **RESUMO**

A gestão universitária da mesma forma que as demais dimensões da vida acadêmica – o ensino a pesquisa e a extensão – nos impõe desafios. Precisamos avaliar velhos e novos paradigmas, refletir sobre o que é fundamental e o que é secundário. Criatividade e inovação são exigências que se colocam como exercício diário. É preciso conciliar, de forma a tornar viável, o Projeto Pedagógico Institucional e a busca do equilíbrio financeiro, oportunizando condições para uma formação de qualidade.

O presente estudo de intervenção na atual situação do ensino de graduação procura ser uma resposta à necessidade de inovação e criatividade, buscando alternativas para o equilíbrio financeiro, sem prescindir dos valores que são identitários de uma universidade comunitária, democrática, sem fins lucrativos, que se apresenta à sociedade como de caráter público não-estatal.

### **1 UNISC – ontem e hoje, uma trajetória de mudanças constantes**

A Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC inicia a sua história com a criação da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul – APESC em 1962. Dois anos depois, em 1964, a APESC obteve a aprovação para o funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis. Gradativamente, foram surgindo outras faculdades; a de Filosofia, Ciências e Letras, em 1967, a de Direito em 1968 e a Escola Superior de Educação Física em 1970. Em 1980, foram unificadas as Faculdades existentes e os cursos oferecidos, constituindo as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul – FISC. A partir de 1980 a instituição criou o regime especial de férias, modalidade em que são oferecidos cursos de licenciatura, em módulos intensivos nos períodos de férias de verão e de inverno. Essa modalidade veio atender a necessidade de formação daqueles que não tinham condições de frequentar o período regular, extensivo. Implantou ainda na década de 80, o Programa de Pós-Graduação *Lato-Sensu*, que passou a desenvolver cursos de especialização e aperfeiçoamento para qualificar profissionais das mais diversas áreas.

Em 1993 as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul – FISC, transformaram-se em Universidade (UNISC) e, gradativamente, foram sendo criados novos cursos dando continuidade ao seu processo de expansão, pela implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional.

---

\* Coordenador de Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; Mestre em Letras – Estudos da Linguagem ; Doutorando em Letras

A pós-graduação *Stricto-Sensu* foi iniciada em 1994 com a oferta do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Na Tabela 1, é possível observar a evolução dos cursos de graduação e Pós-Graduação *Lato-Sensu* e *Stricto-Sensu* nos diversos campi.

TABELA 1 - Demonstrativo da evolução dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação

CURSOS	1993		1994		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°
Graduação (total)	13	15	17	17	18	18	19	20	21	21	22	22	24	25	27	27	27	28	33	38	37	37	38	43
<i>Lato-Sensu</i>	1		1		4		7		5		7		13		8		14		15		16		32	
<i>Stricto-Sensu</i>	-		1		1		1		2		2		2		2		2		2		2		6*	

Fonte: *Intranet* Unisc; \*Em 2004 foram criados e encaminhados à CAPES 4 novos Programas

Atualmente, a Unisc conta com 43 cursos de graduação e 59 habilitações, no Campus de Santa Cruz do Sul; 4 cursos no Campus de Capão da Canoa; 4 cursos regulares e 2 cursos em regime especial de férias no Campus de Sobradinho e recentemente foi inaugurado o Campus de Venâncio Aires que conta com 4 cursos de graduação.

TABELA 2 - Evolução de alunos nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação

CURSO S	1993		1994		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°
Graduação	3146	2977	3542	3234	4165	3447	4061	3898	4557	4600	5578	5729	6725	6787	7799	7711	8627	8802	9588	9564	9940	10192	10873	
<i>Stricto-Sensu</i>	0	0	17	17	35	35	57	57	65	59	102	81	117	117	165	145	149	138	134	134	135	54	54	
<i>Lato-Sensu</i>	80	80	47	47	152	152	165	339	314	364	228	342	598	565	788	556	533	509	588	620	935	935	976	

Fonte: *Intranet* Unisc

A política de Ensino busca estimular a inquietação, a dúvida, a provocação de novas idéias, a utilização de novos métodos que comprometam o aluno com os problemas



reais da sociedade mediante uma formação multidisciplinar. Articulado formação profissional e formação política, a UNISC quer provocar em seus estudantes tomadas de atitude frente a novas situações, tornando-os profissionais politicamente responsáveis.

A Universidade tem como diretriz o desenvolvimento de ensino de qualidade, articulado à pesquisa e à extensão. A concepção das atividades de Pesquisa da Unisc se reflete na orientação para o desenvolvimento regional, que constitui a grande área temática de atuação da instituição. É, pois, a produção do conhecimento e sua aplicação à realidade regional a meta primeira da pesquisa desenvolvida. Essa atividade prioriza o atendimento das demandas dos diferentes segmentos da sociedade, buscando solucionar problemas concretos e desenvolver as potencialidades da comunidade, para a melhoria da qualidade de vida da população da área de abrangência da Universidade.

A política de Extensão mantém compromisso com a distribuição da riqueza cultural e material, determinando uma forte convivência com a comunidade através de programas de extensão de forma a recolher as demandas e necessidades dos diferentes setores da sociedade.

### 1.1 Autonomia, democracia e gestão

A Administração da Unisc ocorre em dois níveis – o da Administração Superior e o da Administração Básica. A Administração Superior é constituída por órgãos colegiados, em nível deliberativo (Conselho Universitário – CONSUN, Conselho de Graduação – CONGRAD e Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão – CONPPEX); em nível executivo, pela Reitoria da qual fazem parte o Reitor, o Vice-Reitor, Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG, Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias – PROEXT, Pró-Reitoria de Administração – PROAD e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLAN. As Pró-Reitorias contam ainda com coordenações de área, que também integram o grupo da gestão superior.

Na atual estrutura organizacional, a Administração Básica é representada por 17 Departamentos que se ligam diretamente à Administração Superior. A coordenação didático-administrativa dos cursos é exercida por 38 Coordenações de Curso (o número de coordenações aqui apresentado é inferior ao de cursos referidos na Tabela 1, tendo em vista que são escolhidos coordenadores apenas para o curso tronco – assim temos, para o Bacharelado em Educação Física e para a Licenciatura da mesma área, apenas um coordenador) que presidem o Colegiado de Curso e se articulam através do Conselho de Graduação.

A Unisc tem, na democracia interna, uma de suas principais características, que se efetiva por meio de:

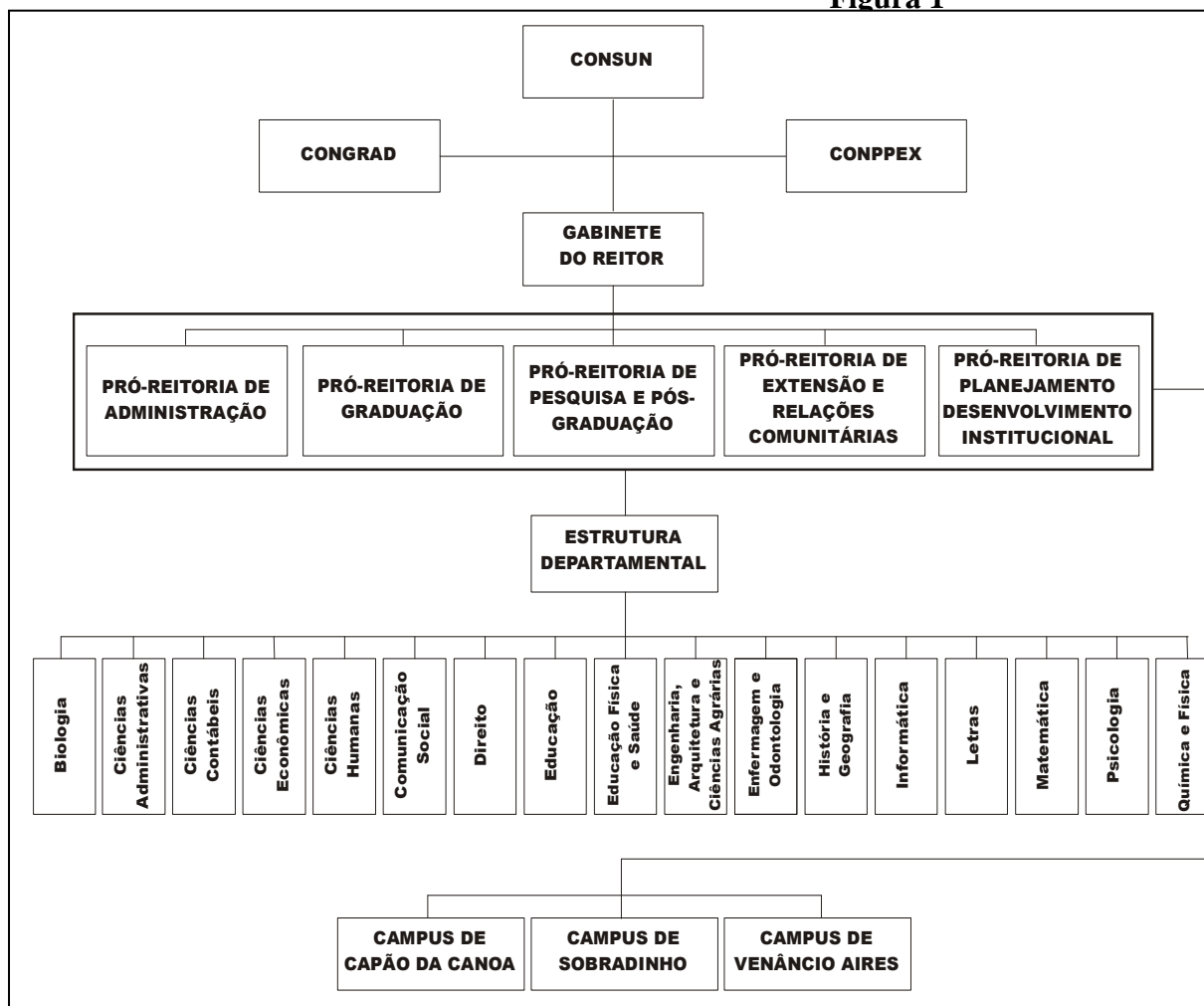
- eleição direta de seus dirigentes – o cargo de Reitor e de Vice-Reitor são preenchidos por eleições diretas, sendo que 40% do peso dos votos procede do corpo docente, 40% dos discentes, 10% dos técnico-administrativos e 10% da Assembléia Comunitária da

Mantenedora;

- administração participativa e descentralizada – a Unisc descentralizou a administração do ensino, da pesquisa e da extensão, delegando poderes e atribuindo responsabilidades aos Coordenadores de Curso e Chefes de Departamento;
- participação de representantes de toda a comunidade acadêmica, e de segmentos da sociedade nos órgãos colegiados superiores da universidade – no caso da representação discente, a instituição adota o limite máximo permitido pela legislação que é de 20% do total de membros de cada órgão colegiado;
- transparência administrativa – todas as decisões são registradas em atas que são disponibilizadas a toda a comunidade acadêmica; da mesma forma são disponibilizados relatórios gerenciais de todos os centros de custo e divulgados balancetes mensais de todas as operações realizadas;
- definição das prioridades da Universidade com a participação da comunidade acadêmica, resultando na elaboração coletiva de orçamento e do Plano Geral (planejamento anual de caráter operacional, vinculado às diretrizes e políticas do PDI) e o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado a cada cinco anos).

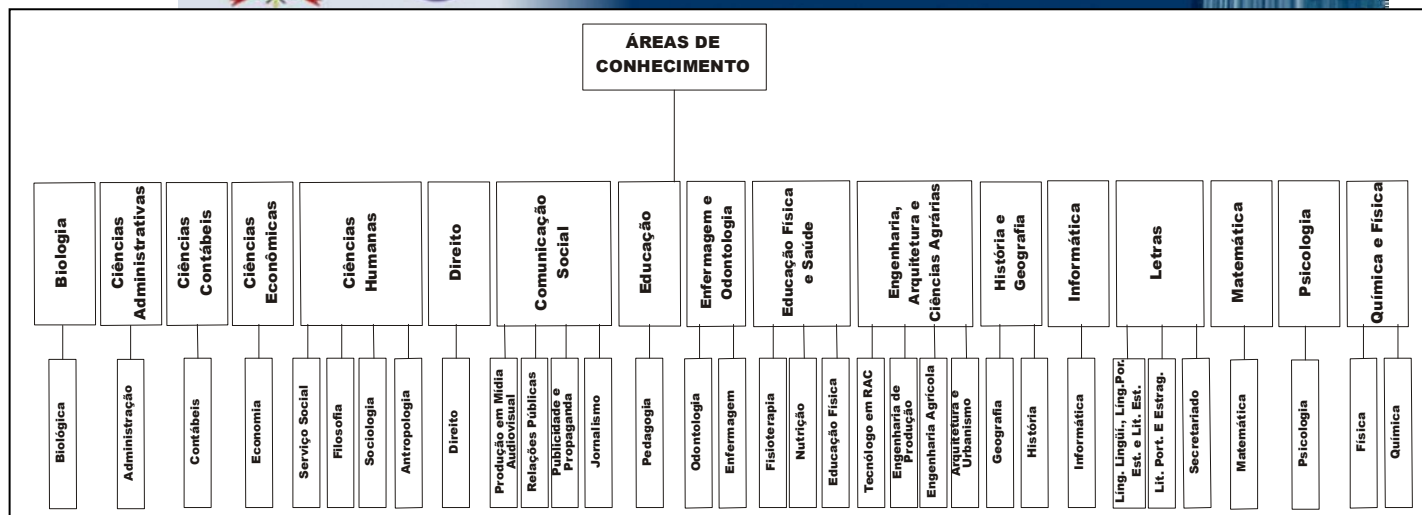
A estrutura organizacional da Unisc é composta da seguinte forma, conforme mostra a Figura 1.

**Figura 1**





finalidade o desenvolvimento do ensino de graduação, da pesquisa ou da extensão, congregando pesquisadores de uma mesma área do conhecimento. Na Figura 2, podemos ver como estão localizadas as disciplinas que compõem o núcleo de formação específica e/ou geral de cada curso.



A estrutura organizacional da Unisc para o desenvolvimento da extensão, da pesquisa e do ensino possui duas instâncias igualmente importantes, os departamentos e as coordenações de cursos. Ambos têm como vantagem a descentralização das decisões, porque existem os colegiados de departamento e cursos e, como desvantagem, a fragmentação entre as áreas de conhecimento e conflitos de atribuições e poder entre departamentos e cursos.

Poderíamos, então, pensar que a situação se resolveria com algumas alterações na estrutura acadêmico-administrativa. Isso, no entanto, não resolveria a dimensão da cultura de formação que se estabeleceu a partir dos paradigmas já consolidados, inibindo qualquer posição de abertura para novos referenciais quando se fala de formação de nível superior.

A modificação da estrutura organizacional da Unisc vem sendo discutida nos últimos oito anos. Especificamente, os anos de 1996 e 1999 foram marcados por intensos debates com o objetivo fazer um diagnóstico da estrutura organizacional da universidade e apresentar uma proposta para discussão. A comunidade acadêmica optou em não realizar as modificações, que implicariam na extinção dos departamentos e criação de centros que abrigassem grandes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo continuou o estudo da estrutura organizacional mais adequada para a instituição, continuou. Em 2003 foi retomada essa discussão e constituída uma comissão para apresentar uma proposta no segundo semestre de 2004.

O problema que nos propusemos investigar no presente trabalho deriva, em parte, da estrutura acadêmica e da gestão que possibilita a fragmentação das áreas, criando situações de duplicação de meios para os mesmos fins. Especialmente, no que diz respeito ao objeto de nossa proposta – a possibilidade de um maior compartilhamento de disciplinas comuns, em caráter de formação geral e humanista, bem como no interior de cada uma das áreas de formação profissional.

## 2 Marco teórico-referencial – a base para pensar a solução do problema

Reforçando as bases já estabelecidas na Constituição Federal de 1988, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9.394, de 20/12/1996) reitera o princípio da autonomia e seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.





Contrapondo-se a uma tradição normativa, própria do Estado brasileiro, no que respeita à Educação Superior, a LDB qualifica a autonomia, trazendo-a para o campo da liberdade e da flexibilidade curricular e pedagógica. Nessa perspectiva, a pluralidade e a diversidade resultantes das múltiplas experiências são percebidas como fatores de enriquecimento e dinamização do sistema educacional, requerendo também um sistema de avaliação, como um mecanismo legítimo de prestação de contas à sociedade.

Nesse quadro legal, devemos notar que os processos de diversificação e flexibilização curricular decorrem do exercício concreto da autonomia universitária tendo seus limites nos projetos pedagógicos, acompanhados, em sua execução, pelos mecanismos de avaliação institucional. O projeto pedagógico institucional deve possibilitar a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação entre a teoria e a prática, entre o global e o regional, entre o nacional e o internacional e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O projeto pedagógico deve integrar tanto os diferentes cursos no projeto institucional, quanto as diversas dimensões curriculares na concepção global de cada curso.

Assim, a flexibilidade desponta como elemento indispensável à estruturação curricular, de modo a atender tanto às demandas da sociedade tecnológica moderna, quanto àquelas que se direcionam a uma dimensão criativa e libertária para a existência humana. Percebida neste contexto, a flexibilidade curricular não constitui apenas possibilidade, mas condição necessária à efetivação de um projeto de ensino de qualidade.

## 2.1 Flexibilização e componentes curriculares

A flexibilização curricular, compreendida como proposta de organização de conteúdos, a partir da realidade de cada instituição no exercício de sua autonomia, não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas, possibilitando ao aluno a montagem de seu currículo; nem se reduz ao aumento ou redução de carga-horária de disciplinas ou do curso, pois a experiência demonstra que isso não tem significado a garantia de melhores resultados. O entendimento de currículo será o de um conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, mediadas pelo professor e pelo aluno. Essa perspectiva requer o Projeto Pedagógico construído a partir do novo paradigma de ensinar e aprender na universidade.

Na flexibilização dos currículos, evidencia-se a importância de buscar e de permanentemente construir-se uma estrutura curricular que permita incorporar outras formas de aprendizagem e formação presentes na realidade social. Isso não significa, no entanto, que deve ser subtraída à Universidade sua responsabilidade quanto ao significado que estas experiências incorporadas devem ter para o processo formativo. Não se trata, portanto, de enumerar atividades que podem ou não ser incorporadas, mas de estabelecer diretrizes para sua incorporação.

Com isso, as atividades realizadas na instituição ou fora dela, no meio acadêmico, profissional ou social, somente poderão ser incorporadas na medida em que se integrarem aos referenciais fundamentais da estrutura curricular, especialmente os referentes à atitude de interrogar e de criar. O comportamento investigativo aqui priorizado se aplica tanto



às atividades ditas de sala de aula como as fora dela, incluindo-se os temas do cotidiano.

## 2.2 A flexibilização desejada e a viabilidade econômico-financeira – a busca do equilíbrio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Lei 9.394, de dezembro de 1996**, assegurou ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo ao desejo que havia de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratizava os cursos e se revelava incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

O **Parecer CNE/CES 776/97** estabeleceu orientação geral para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação destacando, entre outras considerações: "*Visando assegurar a flexibilidade, a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes curriculares devem observar os seguintes princípios:*

- Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
- Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;
- Incentivar uma **sólida formação geral** (*grifo nosso*), necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;

O **Plano Nacional de Educação, Lei 10.172 de janeiro de 2001**, define nos objetivos e metas: "*... Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender à necessidades diferenciais de sua clientela e à peculiaridade das regiões na quais se inserem ...*"

As diretrizes curriculares nacionais, por sua vez, são orientações mandatórias, mesmo às universidades, como se vê na **LDB, Art. 53** - "*No exercício de sua autonomia, são assegurados às universidades, sem prejuízos de outras, as seguintes atribuições: ... II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes ...*"

O Fórum de Pró-Reitores de Graduação define, à luz das discussões feitas em âmbito nacional, que

"o Projeto Pedagógico da Graduação deve estar sintonizado com nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma de sociedade e de educação, garantindo a **formação global e crítica** (*grifo nosso*) para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos. Assim, o Projeto Pedagógico, como instrumento de



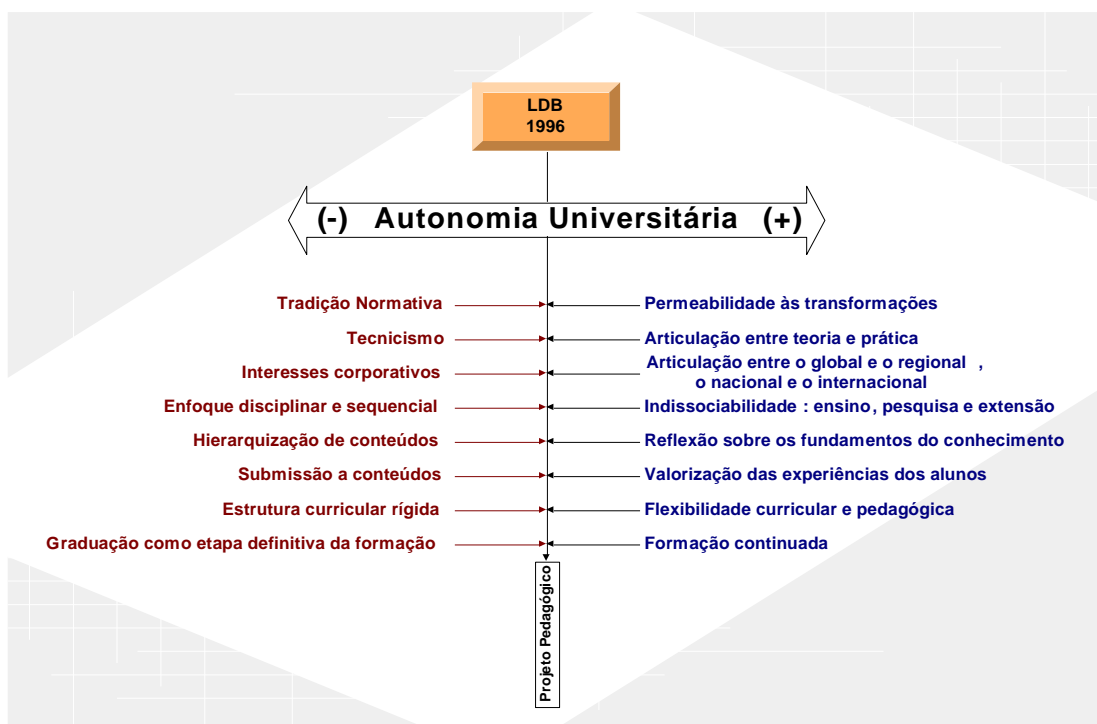


ação política, deve propiciar condições para que o cidadão, ao desenvolver suas atividades acadêmicas e profissionais, pautar-se na competência e na habilidade, na democracia, na cooperação, tendo a perspectiva da educação/formação em contínuo processo como estratégia essencial para o desempenho de suas atividades." (ForGRAD, 1999:11).

Já em âmbito internacional, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, quando define missão e funções da educação superior, diz que enquanto missão e valor fundamental da educação superior está a premissa de educar e formar pessoas altamente qualificadas, educando para a cidadania e a participação plena na sociedade, com abertura para o mundo, visando construir capacidades pessoais e contribuir para a consolidação dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz em um contexto de justiça.

No plano interno, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 criou as condições para que o ensino de graduação se voltasse para a construção do conhecimento, sob a ótica da radicalidade crítica, evitando pautar-se por uma estrutura curricular rígida, baseada num enfoque unicamente disciplinar e seqüenciada a partir de uma hierarquização artificial dos conteúdos, quando a realidade se apresenta em uma multiplicidade interdependente. Tal concepção vê-se confinada aos limites da sala de aula, nos quais teoria e prática aparecem como elementos dicotômicos e o ensino tem por base a exposição submissa a conteúdos descritivos. O processo de construção do saber, no entanto, poderá ocorrer a partir da reflexão sobre os fundamentos do conhecimento, mediada pela permanente interação com a realidade. Da mesma forma, essa visão é refratária à diversidade de experiências vivenciadas pelos alunos, quando eles são de fato o pólo nucleador do projeto curricular. É bom lembrar que essa visão é concebida na perspectiva da graduação como etapa definitiva do processo de formação, quando a dinâmica de transformação da realidade coloca a necessidade de um aprender permanente.

A figura a seguir procura simbolizar o antigo e o novo paradigma da formação em nível superior.



A Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, em consonância com as tendências já registradas, estabeleceu, em 2002 as DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO. Nesse documento, a instituição define que o programa de formação do aluno constrói-se a partir dos seguintes princípios: **axiológico-ético** que se reflete na identidade subjetiva pela adesão dos valores morais à conduta individual e social; **sócio-político** traduzido na abordagem crítico-reflexiva da realidade e dos conhecimentos; **teórico-científico**, evidenciado pela apropriação dos fundamentos científicos correspondentes aos conteúdos básicos e profissionais; **técnico-profissional**, concretizado através de conhecimentos, técnicas e práticas específicas da profissão, articulados a metodologias e recursos, pelo desenvolvimento de habilidades operacionais exigidas no exercício profissional; **pró-ativo e empreendedor** pela aprendizagem da liderança, da inovação, mediante novas aplicações à sua área de formação, pelo desenvolvimento da capacidade de atuação como agente de mudança; egresso capaz de ser empresário do seu próprio saber, diluindo os limites entre formação inicial e formação permanente, entre tempo de trabalho e tempo de estudos.

A instituição diz ainda que a formação integral, compreende a articulação da **formação geral** e da específica, da teoria e da prática do conhecimento reprodutivo, produtivo e reconstrutivo, dos conteúdos obrigatórios e da flexibilização.

Justamente na equação entre flexibilização e atendimento às diretrizes curriculares é que se gerou o problema para o qual estamos buscando uma possibilidade de resolução. Houve, a partir do movimento de flexibilização, um enorme distanciamento dos currículos, criando disciplinas específicas ou aplicadas, dificultando a mobilidade dos acadêmicos nos diversos cursos de uma mesma área e, conseqüentemente, a possibilidade de



otimização das vagas oferecidas nas diversas turmas das inúmeras disciplinas. Logicamente que, essa otimização de vagas referidas, só se mostra possível em disciplinas que possuam equivalência. Com a flexibilização dos currículos o que se verificou foi a criação de um número cada vez maior de disciplinas aplicadas e vinculadas, especificamente, a um perfil de formação profissional.

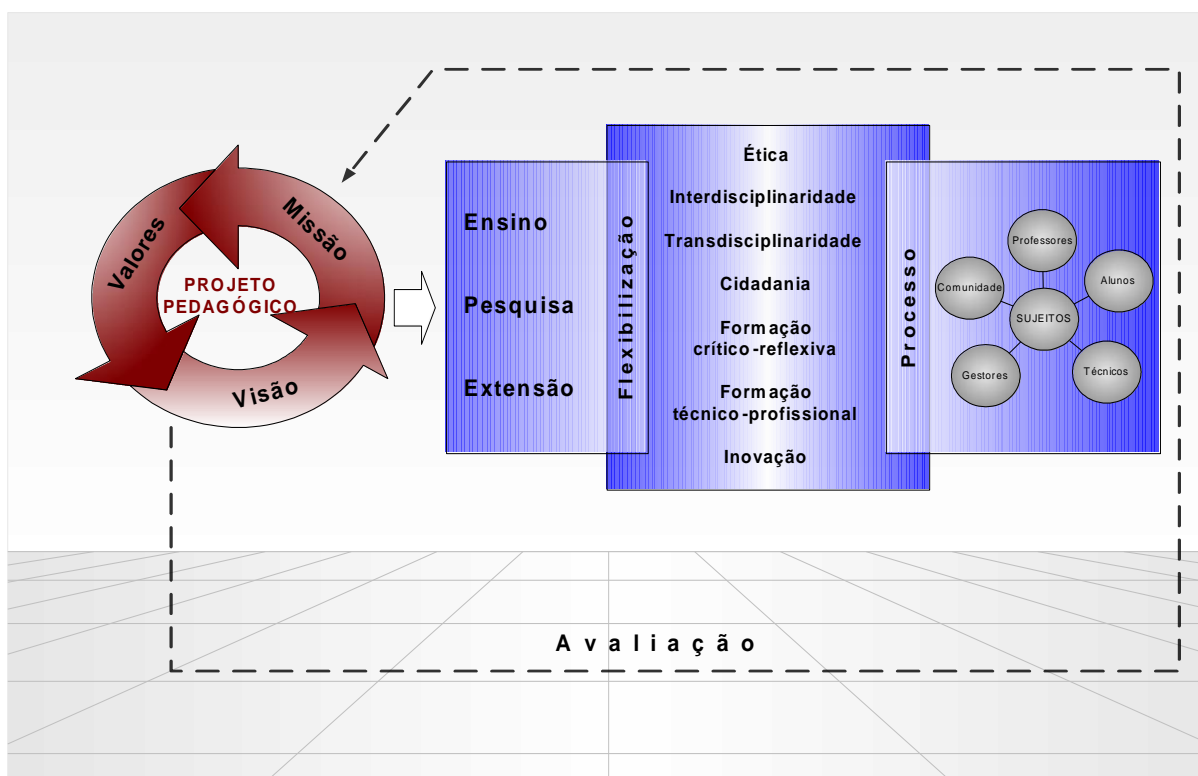
Com base em todos os documentos analisados, entendemos que seja possível propor diretrizes para a criação de um núcleo de disciplinas comuns a todos cursos de graduação, enquadrando-as no conceito de formação geral no qual, necessariamente:

- o acadêmico desenvolva competências, habilidades e atitudes;
- consolide-se a formação dos indivíduos enquanto cidadãos atentos às transformações de sociedade e consciente das práticas sociais do meio em que está inserido.

### **3 Delineamento de diretrizes para a proposição de núcleos de disciplinas**

O projeto pedagógico deve espelhar os valores, a visão e a missão da instituição. Da mesma forma deve prever as condições e formas de organização para que seja possível desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de modo que sua manifestação integrada e integradora possibilite de forma natural e intrínseca a formação do aluno. O projeto de cada curso deve se estruturar a partir de eixos fundadores que são identitários da universidade e que se constituem no arcabouço teórico, reflexivo e prático da formação profissional. Dessa forma, ética e cidadania são valores fundamentais para que viabilizemos alcançar o perfil desejado. A matriz curricular deve pautar-se pela intedisiplinaridade e transdisciplinaridade, evitando o aprisionamento em paradigmas fechados por áreas de atuação profissional. Ainda no terreno da formação geral, é fundamental que o curso de graduação oportunize condições para o desenvolvimento da competência crítico-reflexiva. Aliado a essas dimensões da formação em nível superior, o projeto deve contemplar os conteúdos necessários ao desenvolvimento da competência técnico-profissional, privilegiando também a inovação.

Na figura abaixo, procuramos sintetizar de forma icônica a concepção assumida para o projeto institucional



É justamente no projeto pedagógico institucional que devem estar contempladas as diretrizes para a formação desejada.

### 3.1 O horizonte desejado

Importante sublinharmos a situação-problema que norteou a presente proposta de intervenção. Com o grande crescimento experimentado pela universidade também cresceu o número de matrizes curriculares dentro de uma mesma área de formação. O crescimento referido pode ser verificado na tabela 1 (p.4), passando, desde o ano de sua criação com 13 cursos para os atuais 43 cursos que se diversificam em 59 habilitações profissionais.

Assim, tornou-se comum encontrarmos disciplinas como Sociologia ou Antropologia da Saúde, Estatística Aplicada a algum curso específico, entre outras tantas. Esse movimento tem gerado uma necessidade de controle e planejamento cada vez mais eficiente, garantindo aos Coordenadores de Curso e aos acadêmicos o acesso às informações necessárias a uma orientação sobre o programa de estudos a ser seguido. Esse esforço tem sido centralizado pela Pró-Reitoria de Graduação, mais especificamente no âmbito da Coordenação de Graduação, bem como no da Secretaria Geral da Graduação – setor responsável pelo controle e registro acadêmico.

Nosso propósito é garantir, de forma institucional, a formação geral e humanista que defendemos enquanto valores a serem perseguidos pelos cursos de nível superior. Diante da necessidade atual procuramos alternativas que possibilitem a otimização

dos recursos existentes na instituição, objetivamos um maior compartilhamento de disciplinas, nos núcleos de formação geral – em nível institucional e por áreas profissionais específicas.

Nossa proposta se estrutura em duas dimensões:

- a) núcleo de formação geral institucional – nesse núcleo de conteúdos/disciplinas, devem ser desenvolvidos princípios éticos, o conhecimento da sociedade e do homem, bem como valorizados os conteúdos que possibilitem formar um sujeito responsável perante sua sociedade, crítico e reflexivo, ético e humano.
- b) núcleo de formação geral por área – nesse núcleo devem ser desenvolvidas habilidades e competências profissionais comuns a uma mesma área de formação profissional.

Não estamos, entretanto, nesse primeiro momento, apresentando elenco de disciplinas e/ou conteúdos, uma vez que entendemos que essas definições devem emergir das discussões feitas com a comunidade acadêmica.

### 3.2 Implicações legais, estruturais e operacionais da implementação dos núcleos de formação geral (institucional e por área)

O artigo 2º da LDB (Lei nº 9394/1996) considera que é finalidade da educação nacional o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para Horkheimer (1985) os tempos atuais estão marcados por um predomínio da racionalidade instrumental, que centra seu foco de interesse nas possibilidades de adequar meios a fins, sem refletir, questionar o valor ético dos meios ou dos próprios fins. Essa citação nos faz refletir sobre o processo de instrumentalização da cultura e das relações sociais. E nesse contexto de uma sociedade administrada pelo utilitarismo cientificista, que papel está reservado à universidade?

É notório que tem sido imposto à universidade que se adapte às regras do mercado, num discurso marcado pelas máximas de eficiência e produtividade. Tanto os discursos oficiais como a mídia vinham apontando para a necessidade de que a universidade formasse para o mercado de trabalho. Dessa forma, a formação universitária voltou-se mais para a instrumentalização do que para a formação. Esse processo pode ser verificado na substituição de disciplinas de formação geral e humanista, bem como cursos teóricos por outros de natureza científico-práticas. O problema nesse tipo de perfil de formação de nível superior reside no fato de formar indivíduos para a obediência, que assistem a fatos científicos sem especular sobre suas finalidades.

A educação universitária, resgatando ainda a reflexão possibilitada por Horkheimer, deveria produzir um saber acerca da sociedade, deveria pensar uma educação que não estimulasse a violência e a barbárie, uma educação que não reforçasse preconceitos e que promovesse a solidariedade.

Somos desafiados a pensar de que forma a relação teoria-prática pode ser conduzida, no âmbito da formação de nível superior, por um interesse emancipatório que possibilite uma reflexão sobre os mecanismos que têm submetido os sujeitos à dominação, impondo à formação universitária os elementos de uma racionalidade predominantemente instrumental.





Na tentativa de buscar respostas a estas questões que são fundamentais à vida da universidade, ainda no primeiro semestre de 2004, a Pró-Reitoria de Graduação da UNISC desencadeou um amplo debate com a comunidade acadêmica, no sentido de definir princípios e construir as diretrizes mestras que identificam e caracterizam o projeto da instituição para formação em nível superior. A partir de um levantamento feito junto a todos os departamentos e cursos, foram sistematizadas as percepções dos sujeitos institucionais quanto ao tipo de sociedade desejada, bem como a forma como essas crenças e valores deveriam ser contempladas no Projeto Pedagógico Institucional.

Esses dados estão sendo sistematizados e serão levados à discussão na comunidade acadêmica. É a partir desse momento que devem ser propostas para a reflexão diretrizes que contemplem uma formação desejada e necessária a todos os cursos de graduação, possibilitando formar não só o profissional, mas o homem, o cidadão comprometido com a ética, solidário e mais humano, também questionador e reflexivo.

Na Universidade de Santa Cruz do Sul, todas as alterações curriculares são discutidas nas instâncias das unidades colegiadas de cada curso, possibilitando, dessa forma, que todos os sujeitos (alunos e professores) se envolvam no processo. Numa instância superior, o projeto de cada curso é apreciado e submetido à aprovação do Conselho de Graduação que tem o papel de garantir o atendimento das questões legais no âmbito da legislação do ensino superior, bem como o atendimento das diretrizes institucionais para os cursos de graduação.

A implantação dos núcleos de formação – geral e por área – deve passar por apreciação em todas as unidades departamentais, bem como em todos os colegiados de curso, garantindo, dessa forma, sua institucionalização pela prática democrática que caracteriza as decisões da universidade.

Na dimensão interna, a presente proposta de intervenção deve ser legitimada na formulação de diretrizes que sejam contempladas no Projeto Pedagógico Institucional, no que diz respeito ao paradigma de formação para os cursos de graduação.

No âmbito externo, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, está propondo a (re)criação do ciclo básico. Pela proposta que está sendo discutida com a sociedade e com a comunidade acadêmica brasileira, as universidades deverão contar com cursos de ciclo básico nos dois primeiros anos, para evitar a escolha prematura de carreiras que hoje leva a maioria das pessoas com educação superior a trabalhar fora de sua área original de formação.

A proposta consta do conjunto de estudos para a reforma universitária sob elaboração do Ministério da Educação e, após tramitar na Presidência da República e no Congresso, poderá entrar em vigor no ano de 2006. Além dessa mudança de alta visibilidade e que despertou atenção geral, a reforma evidencia a importância que as sociedades contemporâneas emprestam à qualificação de seus cidadãos.

Em todos os países animados pelo desejo do desenvolvimento, observam-se discussões a respeito do tipo de melhorias a introduzir no ensino - do nível básico até a educação continuada de grau superior - para que as pessoas possam ser mais produtivas, auto-



suficientes e capazes de contribuir para a comunidade onde vivem, tornando-se sujeitos do seu fazer, enquanto cidadãos.

### 3.3 Impactos – possibilidades e perspectivas

Atualmente, estão ativos mais de 110 (cento de dez) currículos, tendo sido oferecidas 1485 turmas das diferentes disciplinas nos diversos cursos de graduação no último semestre.

Do total de disciplinas e turmas oferecidas, foram compartilhadas vagas apenas num pequeno número de turmas nos últimos semestres, conforme demonstra a Tabela3.

Tabela 03

Semestre	Nº de turmas criadas	Turmas unidas	% unidas	Nº de vagas oferecidas	Vagas ocupadas	% ocupadas
2002/1	1247	116	9,30	60.750	35.370	58,22
2002/2	1224	91	7,43	59.767	35.162	58,83
2003/1	1354	110	8,12	65.635	37.229	56,72
2003/2	1340	119	8,88	66.418	35.768	53,85
2004/1	1482	121	8,16	74.406	38.347	51,53
2004/2	1485	145	9,76	74.206	36.687	49,44

A leitura dos dados demonstra uma grande ociosidade de vagas no conjunto das disciplinas oferecidas. Parte dessa questão se explica pelo número médio de disciplinas cursadas pelos acadêmicos em cada semestre que fica em torno de três disciplinas (podendo oscilar conforme o curso e/ou área). Outra razão do elevado percentual de vagas ociosas se deve à impossibilidade de compatilhamento de turmas, fato este derivado da incompatibilidade de conteúdos, mesmo em disciplinas que contribuem para uma formação geral – quer no que diz respeito à formação ética, cidadã e humanista, quer no que respeita à formação teórico-prática de uma mesma área profissional. Outro motivo é a falta de planejamento quanto ao semestre do curso e sua compatibilidade com o semestre letivo, impedindo, muitas vezes que uniões de turma ocorram.

O montante de 1485 turmas efetivamente oferecidas gera um custo operacional com docência na ordem de R\$: 7.500.000,00 por semestre. A otimização de recursos com a união de turmas no patamar dos 9,76% proporcionou, no segundo semestre de 2004, uma redução de custos de R\$ 732.000,00.

Nosso objetivo é podermos compartilhar de 15% a 20% de todas as disciplinas oferecidas, o que representaria uma redução de custos muito expressiva, podendo chegar, no caso de 20%, a R\$1.500.000,00, no semestre. Paralelo à redução de custos com pessoal, o compartilhamento de turmas reduz a pressão pela construção de novas salas de aula, diminuindo a expectativa da comunidade acadêmica pelo investimento em novos prédios.

Haverá, certamente, uma redução da necessidade de horas de docência, o que representa uma baixa no número de horas contratadas. Como, no entanto, os compatilhamentos de turmas não ocorrem centralizados, o impacto para o corpo docente não inviabiliza nenhuma das áreas mantidas pelos departamentos, quanto à garantia de manutenção de massa crítica disponível não só para a docência, mas também para a pesquisa, extensão e para a gestão.

### 3.4 Estratégia para implementação da proposta

Alterações curriculares desse porte não podem ser propostas de forma precipitada. Inicialmente, é preciso conquistar a adesão dos sujeitos institucionais para que o projeto se viabilize. Nossa estratégia deve ser a da adequação dos projetos de curso ao macro projeto de universidade, em sintonia com sua missão:



“ Produzir, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de indivíduos, cidadãos livres e capazes, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade solidária”

Estabelecido, então, os contornos do contexto, podemos iniciar a discussão sobre o tipo de formação que se deseja oportunizar. Essa problematização só é possível em sua integração com o processo de discussão em torno do Projeto Pedagógico Institucional que está em sua fase inicial.

O momento é o mais oportuno. A Universidade de Santa Cruz do Sul é bastante dinâmica quanto às tendências da educação superior. Atualmente, todos os projetos de curso já estão alinhados às diretrizes curriculares, em pleno exercício da flexibilidade curricular, logicamente que com diferenças, quando se comparam áreas de humanidades ou das ciências ditas mais duras.

O estabelecimento de núcleos de formação geral ( ou se quisermos poderíamos nos apropriar da proposta do Ministério da Educação e chamá-los de ciclos iniciais ) devem ser incorporados ao projeto da instituição para a formação em nível de cursos de graduação – quer sejam bacharelados, licenciaturas, cursos superiores de tecnologia ou ainda os sequenciais.

Nesse trabalho estamos propondo uma articulação com os propósitos que norteiam a reflexão iniciada em torno do PPI (Projeto Pedagógico Institucional). Para tanto, precisamos legitimar, num primeiro momento, as diretrizes gerais de nosso projeto junto à Reitoria da Unisc. Essa etapa não representa um problema a ser equacionado, na medida em que somos parte integrante desse grupo e o problema objeto-tema de nossa proposta de intervenção já ter sido amplamente discutido nas reuniões periódicas do grupo gestor.

Outra instância que deve ser utilizada é a do Conselho de Graduação, do qual também fazemos parte e, portanto, com interlocução facilitada junto a todos os conselheiros. A atual composição do CONGRAD abriga todos os Coordenadores de Cursos de Graduação, bem como representantes dos discentes e segmentos responsáveis pelo controle e registro acadêmico.

A partir de uma primeira apresentação no conselho, entendemos que seja imprescindível agregarmos ao grupo representantes de diversas áreas, para garantirmos o caráter interdisciplinar que se pretende dar aos núcleos de formação geral. Para tanto, entendemos necessária a criação de uma comissão.

A tarefa dessa comissão será analisar todas as diretrizes curriculares, procurando compatibilizar habilidades e competências que possibilitem a formação preconizada pela missão da universidade. Devem também ser analisadas todas as matrizes curriculares oferecidas pelos 43 cursos mantidos pela instituição. Necessária também uma análise minuciosa de todas as ementas das disciplinas consideradas como de formação geral para que se viabilizem os compartilhamentos esperados. Por fim, caberá à comissão a elaboração e regulamentação dos núcleos de formação geral.

### 3.5 Planejamento da implementação

Entendemos que, por ser complexa, nossa proposta deva oportunizar o máximo de participação e reflexão dos sujeitos insituacionais. Tendo em vista que a temática de nosso trabalho profissional está vinculada diretamente a aspectos legais sobre as diretrizes de formação profissional em nível superior, bem como a discussões epistemológicas sobre a própria noção de formação, nosso trabalho requer:

- a) uma minuciosa análise de todas as diretrizes dos cursos de nível superior;
- b) uma análise comparativa entre diretrizes curriculares e instrumentos de avaliação utilizados especialmente pelas comissões instituídas pelo MEC-SESu-Inep;
- c) discussões com a comunidade acadêmica sobre aspectos relativos à formulação de diretrizes comuns aos cursos e sua vinculação ao projeto pedagógico institucional;
- d) a legitimação do processo de discussão deve ser feita junto aos cursos no plano individual e junto aos Conselhos em nível institucional;
- e) articulação entre Coordenação Pedagógica e a Coordenação de Graduação, o âmbito da Pró-Reitoria, buscando sintonia no que diz respeito ao projeto pedagógico da Unisc;
- f) levantamento de impactos operacionais junto aos diversos setores envolvidos;
- g) levantamento das implicações no que diz respeito ao mapeamento de custos fixos e as possibilidades criadas com a formulação de grupo comum de disciplinas.

Entendemos que as seguintes etapas devem ser observadas para o trabalho possa ser desenvolvido e legitimado na universidade:

Etapa	2004			2005				
	OU T	NO V	DE Z	JAN	MA R	AB R	MA I	JUN
Apresentação do projeto à Reitoria	X							
Apresentação do projeto ao CONGRAD		X						
Constituição da comissão		X						
Levantamento de dados sobre todos os currículos dos cursos de graduação		X						
Levantamento de todas as diretrizes curriculares aprovadas pelo CNE			X					
Análise comparativa entre Diretrizes Curriculares e Instrumentos de Avaliação das Condições de Ensino e matrizes curriculares dos cursos da UNISC			X	X				
Definição de indicadores para a construção de diretrizes para disciplinas comuns aos cursos de graduação					X	X		
Apresentação ao CONGRAD						X		
Levantamento do impacto da mudança em todos os níveis – cursos, departamentos, instituição						X		





Implantação das alterações								X	X
----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---	---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, a nossa proposta de intervenção constitui-se em um grande desafio. Uma universidade que nasceu das forças vivas de sua comunidade, que tem, na participação de todos, em todas as instâncias de decisão, produz certas práticas que tornam os processos de discussão mais complexos e, de certa forma, bastante longos.

Estão imbricados, no bojo de nossa proposta, valores, crenças, desejos corporativos, expectativas institucionais que geram um amálgama de vontades que ora se somam, ora subtraem.

Desejamos, no entanto, que as forças internas potencializem-se para que juntas possam construir alternativas à viabilização das mudanças propostas.

O cenário nacional conspira a favor do projeto, uma vez que já instaurou, em todo o território nacional, a temática da Reforma Universitária que tem como um dos temas a criação de ciclos iniciais de formação.



## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. E HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro, Zahar: 1985.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) - em 12 de março de 2004

BRASIL. Parecer CNE nº 776/1997 . [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) - em 12 de março de 2004

BRASIL. Lei nº 10 172 / 2001. Plano Nacional de Educação. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) - em 12 de março de 2004

BRASIL. Câmara de educação Superior. Conselho Nacional de educação. Parecer 67/2003, de 11 de março de 2003.

FORGRAD – Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. **Plano Nacional de Graduação**: um projeto em construção. (<http://www.unicamp.br/prg/forgrad> - 18 de março de 2004)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. O Currículo como expressão do projeto pedagógico: um processo flexível. IN: ... **Resgatando espaços e construindo idéias**. 3.ed. Uberlândia: Edufu, 2004.

UNESCO. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR (1998: Paris, França). **Tendências da educação superior para o século XXI**. Brasília : CRUB, 1999.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC. Pró-Reitoria de Graduação. Projeto Pedagógico. 2002